

Decisão SLC nº 018/2020-SLC/ANEEL

Em 11 de setembro de 2020.

Processo: 48500.002124/2020-77

Licitação: Pregão Eletrônico nº 06/2020

Assunto: Análise do recurso interposto pela empresa DPS GONÇALVES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

1. Considerando as razões e motivos externados por meio do Despacho de Pregoeiro nº 015/2020, com fundamento nos princípios da isonomia, legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, acato o posicionamento exercido pelo Pregoeiro quanto ao não exercício do juízo de retratação, desta forma, mantendo a empresa FINO SABOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA como vencedora do item 10 do Pregão Eletrônico nº 006/2020.
2. Ademais, conforme, a Portaria nº 4.814, de 21 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, em 22 de dezembro de 2017, informo que, no caso em concreto, não há outra instância administrativa revisional a se recorrer. Isso porque o Superintendente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios é a autoridade competente para atuar como instância máxima em atos dessa natureza.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a Deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 16, § 1º, do Regimento Interno da ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006696/2007-58, resolve:

Art. 1º Delegar competência, na condução dos processos regulados pelas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e demais normais aplicáveis às compras, obras, serviços, alienações e locações administrativas, ao titular da Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios e, em seus afastamentos e impedimentos, ao seu substituto legal, para:

[...]

II - homologar as licitações na modalidade convite e nas modalidades pregão presencial e pregão eletrônico, nos casos em que o valor do resultado da licitação seja igual ou inferior a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

[...]

Fl. 2 da Decisão SLC nº 018/2020-SLC/ANEEL, de 11/9/2020.

X - decidir os recursos contra os atos dos pregoeiros ou de comissão de licitação, nos termos do art. 109, § 4º da Lei nº 8.666/93, do art. 4º, incisos XVIII a XXI da Lei nº 10.520/2002, do art. 8º, inciso IV do Decreto nº 5.450/2005, bem como das demais normas aplicáveis ao caso;
[...]

3. Assim, o Despacho de Pregoeiro nº 015/2020-SLC/ANEEL, apreciado por mim, na forma dessa Decisão SLC resguardou e cumpriu à exaustão as vias revisionais.

UBIRATÃ BARTOLOMEU PICKRODT SOARES
Superintendente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios